

Luciano Cirino dos Santos

**A fraude como elemento essencial
para a configuração da tipicidade
objetiva dos crimes contra a ordem
tributária praticados por particulares**

Prefácio de Helena Regina Lobo da Costa

Apresentação de Luciano Anderson de Souza



DIALÉTICA
EDITORA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânica ou eletrônica, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Copyright © 2024 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2024 by Luciano Cirino dos Santos.



DIALÉTICA
EDITORA

 /editoradialetica

 @editoradialetica

www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores

Profa. Dra. Milena de Cássia de Rocha
Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Tiago Aroeira
Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Coordenadora Editorial

Kariny Martins

Produtora Editorial

Yasmim Amador

Controle de Qualidade

Maria Laura Rosa

Capa

Clara Lima

Diagramação

Clara Lima

Preparação de Texto

José Rômulo

Revisão

Responsabilidade do autor

Auxiliar de Bibliotecária

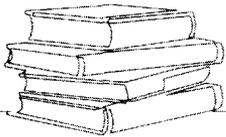
Laís Silva Cordeiro

Assistentes Editoriais

Rafael Andrade
Ludmila Azevedo Pena
Thaynara Rezende

Estagiários

Giovana Teixeira Pereira
Maria Cristiny Ruiz



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237f Santos, Luciano Cirino dos.

A fraude como elemento essencial para a configuração da tipicidade objetiva dos crimes contra a ordem tributária praticados por particulares / Luciano Cirino dos Santos. – São Paulo : Editora Dialética, 2024.

524 p.

Bibliografia.

ISBN 978-65-270-2141-4

1. Crime contra a ordem tributária. 2. Evasão fiscal. 3. Direito Penal.
I. Título.

CDD-345

SUMÁRIO

1	CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	29
1.1	Conceitos fundamentais de direito financeiro	29
1.1.1	Atividade financeira do Estado	29
1.1.2	Receita pública	34
1.1.3	Classificação das receitas	37
1.2	Conceitos fundamentais de direito tributário	42
1.2.1	Relação de tributação como relação jurídica	42
1.2.2	Conceito de tributo	44
1.2.3	Constitucionalização do conceito de tributo	61
1.2.4	Competência e capacidade tributárias	62
1.2.5	Hipótese de incidência	65
1.2.6	Obrigação tributária principal e acessória	66
1.2.7	Lançamento tributário	69
1.2.7.1	<i>Tipologia dos lançamentos tributários</i>	71
1.2.8	Espécies tributárias	77
1.2.9	Infrações e sanções tributárias	93
1.2.9.1	<i>Infrações tributárias</i>	93
1.2.9.2	<i>Sanções tributárias</i>	100
1.2.10	Elisão e evasão tributárias	111
1.2.10.1	<i>Terminologia e diferenciação: a ambivalência conceitual</i>	111
1.2.10.2	<i>Dolo</i>	122

1.2.10.3	<i>Fraude</i>	126
1.2.10.4	<i>Simulação</i>	140
1.2.11	Planejamento tributário e temas conexos	153
1.2.11.1	<i>Planejamento tributário</i>	153
1.2.11.2	<i>Crise no sistema: a interpretação econômica no direito tributário</i>	169
1.2.11.3	<i>Agravação da crise no sistema: a norma geral "antielisão"</i>	188
2	DELINEAMENTO DO CONCEITO DE FRAUDE	219
2.1	O pensamento de Nelson Hungria	219
2.1.1	Introdução	219
2.1.2	Fraude e criminalidade	221
2.1.3	As várias acepções do termo fraude	224
2.1.4	Distinção entre fraude civil e fraude penal	225
2.1.5	Critérios para a prefixação da fraude penal	239
2.1.6	Artifício, ardil e "outros meios fraudulentos"	244
2.2	O pensamento da dogmática nacional contemporânea: recepção e atualidade do pensamento de Nelson Hungria	246
2.2.1	Introdução	246
2.2.2	Distinção entre fraude civil e fraude penal	249
2.2.3	Distinção entre ilícito civil e ilícito penal	253
2.2.4	Artifício, ardil e "outros meios fraudulentos"	265
2.3	Fraude à lei não constitui fraude penal	270
2.4	Planejamento tributário não constitui fraude penal	281
2.5	Afinal, o que é fraude tributária para fins penais?	296

3	CRIMINALIZAÇÃO DO ILÍCITO TRIBUTÁRIO	301
3.1	Evolução da criminalização	301
3.2	Direito Tributário Penal e Direito Penal Tributário: uma distinção equivocada e desnecessária	314
3.3	Distinção entre ilícito tributário e ilícito penal	329
3.4	Bem jurídico tutelado com a criminalização do ilícito tributário	343
3.4.1	Teorias patrimonialistas	348
3.4.1.1	<i>Teoria patrimonialista clássica</i>	349
3.4.1.2	<i>Teoria patrimonialista contemporânea</i>	352
3.4.2	Teorias funcionalistas	356
3.4.2.1	<i>Ordem econômica e/ou tributária</i>	357
3.4.2.2	<i>Funções do tributo ou dos impostos</i>	364
3.4.3	Teorias relacionadas ao poder	370
3.4.3.1	<i>Poder Tributário estatal</i>	370
3.4.3.2	<i>Dever de colaboração ou de verdade (de lealdade ou transparência) do contribuinte</i>	371
3.4.3.3	<i>Dever de obediência do contribuinte</i>	378
3.4.4	Nossa posição: a inconstitucionalidade em face do objeto da tutela	381
3.5	Tipo e tipicidade: o tipo como garantia e a tipicidade como exigência	391
3.6	Tipicidade objetiva dos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei 8.137/90	405
3.7	Prisão por dívida: impossibilidade em face de tratados internacionais	437
3.8	Controle de constitucionalidade	454

3.9	Controle de convencionalidade	466
	CONCLUSÕES	485
	REFERÊNCIAS	493